



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM GERADORES DE ENERGIA ELÉTRICA PARA ATENDER À FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE DE NOVA ANDRADINA – FUNSAU/NA, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.

2. TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO A MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS (MEI)

O objeto deste Termo de Referência obedecerá à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, por isso deverá dispensar às Microempresas (ME), Microempreendedores individuais (MEI) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), no que couber, tratamento diferenciado e favorecido previsto no referido dispositivo legal.

A confecção de um edital exclusivo para micro empresas, empresas de pequeno porte e empreendedores individuais não seria vantajoso para a Fundação, uma vez que frustraria o caráter competitivo da licitação, visto que, não há um mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados, sediados local e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, como também visando a busca da vantajosidade para a administração e economia de escala ampliando buscando a competitividade, com as grandes empresas e até fabricantes, com melhores preços nas contratações, refletindo na eficiência, economicidade e melhor aplicação dos recursos públicos.

3. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.

A Fundação Serviços de Saúde de Nova Andradina tem como missão atender as pessoas que necessitam de cuidados da atenção no âmbito hospitalar, garantindo a integralidade, de forma humanizada e eficiente do tratamento, assim como, contribuir para o processo de promoção e recuperação da saúde dentro dos preceitos do Sistema Único de Saúde – SUS. Com a visão de instituição, que necessita apresentar um serviço de atendimento continuado sem interrupções, onde seus equipamentos, quase que na integralidade necessitam de energia elétrica para o seu funcionamento, a Fundação de Serviços de Saúde de Nova Andradina, possui dois (02) motores geradores de energia elétrica, os quais garantem o fornecimento de energia elétrica nos principais setores já existentes na instituição, como setor de urgências e emergências do Pronto Socorro, UTI adulto, centro cirúrgico, bem como, nos setores que se encontram em fase de conclusão de obras, como centro de exames por imagens, UTI neonatal, banco de leite, dentre outros. Diante do exposto, justifica-se o objeto da presente contratação, de empresa especializada em serviços de manutenção preventiva, corretiva e substituição de peças, filtros, óleos, dentre outros serviços necessários, que visem



garantir o fornecimento de energia elétrica na unidade hospitalar, em situações emergenciais, quando o serviço for interrompido pela concessionária. A contratação deverá ser realizada por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, sob o critério de julgamento menor Preço por item.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Com a futura contratação de empresa para a prestação dos serviços, objeto deste documento, para a FUNSAU-NA, a instituição estará oferecendo meios e condições necessárias, para o desenvolvimento das atividades que dependem de energia elétrica conforme descrições neste processo licitatório. Esta aquisição se demonstra como uma solução simples, sem a necessidade de contratação de outros objetos para suprir a demanda.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Como requisito de exigência para esta aquisição será estabelecido ao fornecedor contratado à apresentação de todas as prerrogativas contidas no termo de referência e no edital.

A Fundação de Serviços de Saúde de Nova Andradina – FUNSAU-NA, possui atualmente dois (02) motores geradores de energia elétrica:

MOTOR MWM: 78/81 KVA, modelo: D229-6 G G, número de série: C1N201453, potência KW-RPM: 74,0 – 1.800, plano de componentes: 9 229 81 09 206 9, folga de válvula a frio: 0,20mm, data de fabricação: 14/03/2008, cilindrada: 5,883, tensão nominal: 220V, corrente nominal: 204A, cilindradas: 5,883, rotação: 1800 RPM, frequência nominal: 60Hz, autonomia: 12 horas, capacidade: 100 litros, com alimentação a diesel.

MOTOR MWM SCANIA DC 13 093 A: 625 KVA, modelo: 9SGD62560019, número de série: _____, potência COP/PRP/ESP: 412/566/625 KVA, potência: 500 KW, massa: 3.346kg, altitude: 780m, temperatura ambiente máxima: 45°, classe de desempenho: 62, frequência nominal: 60Hz, tensão nominal: 220V, corrente nominal: 1640A.

Nos serviços de manutenções serão envolvidos, manutenções preventivas bimestrais, tendo início no mesmo mês da assinatura do contrato de prestação de serviço, onde deverão ser executados conforme cronograma de funcionamento do próprio equipamento, os seguintes serviços:

1. Trocas de óleo;
2. Substituição de correias;
3. Substituição de filtros;
4. Lubrificações em geral;



FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE DE NOVA ANDRADINA – FUNSAU-NA
HOSPITAL REGIONAL DE NOVA ANDRADINA
Dr. FRANCISCO DANTAS MANIÇOBA

5. Verificação das conexões elétricas;
6. Registro para fins de acompanhamento e registro em laudo técnico, das tensões entre fase e neutro e fase e fase (AN, BN, CN, AB, AC, e BC);
7. Registro de frequência gerada;
8. Registro das correntes geradas por fase;
9. Registro da resposta de carga da AVR;
10. Registro de verificação do motor de partida;
11. Verificação das conexões elétricas do motor de partida;
12. Registro de verificação da queda de tensão durante a partida;
13. Registro de verificação do alternador/bateria;
14. Registro de verificação das conexões elétricas do alternador;
15. Registro de verificação da tensão durante o funcionamento do alternador;
16. Registro de verificação das condições gerais da bateria;
17. Registro da tensão do carregador de baterias;
18. Registro de verificação do motor;
19. Registro de verificação do sistema de partida e parada na bomba injetora;
20. Registro de verificação de vazamento em juntas e junções;
21. Registro de verificação de possíveis oscilações no funcionamento do motor;
22. Registro de verificação da resposta de carga do motor;
23. Registro de verificação do painel;
24. Registro de verificação do IHM de controle do equipamento;
25. Registro de verificação de partidas e paradas;
26. Registro de verificação de horímetro;
27. Registro de verificação de alarmes;
28. Registro de verificação de eventos;
29. Registro de verificação de bateria e troca, sendo ela do tipo estacionária, com capacidade de corrente e tensão, com as dimensões dentro da capacidade de normalidade para funcionamento dos equipamentos, efetuando correções quando necessário, visando manter sempre os equipamentos em condições de funcionamento para atender a quaisquer tempos, toda a demanda necessária;
30. Registro de verificação de conexões dos cabos da bateria e execução de reaperto de bornes;
31. Registro de verificação da tensão mínima da bateria na partida do motor;
32. Registro de verificação da tensão do alternador de baterias;
33. Registro de verificação dos amortecedores de vibrações;
34. Registro de verificação de obstrução de passagens de ar internas e externas;
35. Registro de verificação de segmento elástico e condições de escapamento;
36. Registro de verificação no módulo controlador dos equipamentos geradores;
37. Registro de verificação de resistência de pré-aquecimento;



38. Registro de verificação dos sensores de temperaturas;
39. Registro de verificação dos sensores de óleos;
40. Registro de verificação de outros serviços que demandarem necessidade, como substituição de peças, etc.
41. Nas manutenções preventivas também deverão ser efetuados testes de funcionamentos dos motores geradores. Sempre que possível, os testes deverão serem feitos com carga; se por algum motivo impeditivo não for possível, aí poderá ser feito o teste em vazio, sempre visando manter o bom funcionamento dos equipamentos, bem como, a identificação de possíveis e eventuais falhas.
42. Deverão serem feitas as manutenções corretivas, quando constatado alguma falha, para que os motores estejam sempre aptos para operação, visando atender as necessidades da instituição. Os acionamentos da empresa licitante vencedora, para execução das manutenções corretivas, serão feitos por colaboradores desta fundação de saúde, e a empresa licitante vencedora deverá providenciar o atendimento de forma imediata;

A futura contratação será de uma empresa para prestação de serviços de manutenção em geradores de energia elétrica, conforme equipamentos mencionados anteriormente, cuja manutenção seja responsável em manter os referidos motores sempre prontos e em condições para entrarem em operação, quando o fornecimento da concessionária seja por algum motivo interrompido. Nos serviços de manutenções serão envolvidos, manutenções preventivas bimestrais, tendo início no mesmo mês da assinatura do presente contrato de prestação de serviço, onde deverão ser feitos conforme necessidade e cronograma de funcionamento do próprio equipamento, as trocas de óleo, correias, filtros, lubrificações em geral, dentre outros serviços que demandarem necessidade, como substituição de peças, etc.

O futuro contrato de prestação de serviços, envolve também a substituição de peças, quando necessário, cujos valores para aquisição e substituição das referidas peças, ocorrerão às custas unicamente da empresa licitante vencedora, independentemente de quais sejam as peças e de quais sejam os valores das mesmas.

Também deverão ser feitas as manutenções corretivas, quando constatado alguma falha, para que os motores estejam sempre disponíveis para operação, visando atender as necessidades da instituição. O acionamento da empresa licitante vencedora, para que seja feito manutenção corretiva, será feito por colaboradores desta fundação de saúde, cuja empresa deverá atender de imediato.

Nas manutenções preventivas também deverão ser efetuados testes de funcionamentos dos motores geradores, com carga e em vazio, sempre visando manter o bom funcionamento dos equipamentos, bem como, a identificação de possíveis e eventuais falhas.

A empresa licitante vencedora deverá disponibilizar um canal de atendimento via telefone, para atendimento em tempo integral (24 horas), independentemente de serem dias úteis, feriados, finais de semana, períodos diurnos e ou noturnos, considerando a emergente necessidade de disponibilizar o equipamento para operação.

A empresa licitante vencedora, deverá emitir um laudo técnico, com valor técnico e jurídico, registrando todos os serviços executados e peças substituídas em todas as manutenções, quer sejam elas preventivas e ou corretivas.

A empresa licitante vencedora, caso seja de outro município e ou estado, deverá manter um profissional no município de Nova Andradina, que seja habilitado e qualificado, para prestar os primeiros serviços de atendimento em casos



de manutenções corretivas, cujas intercorrências impeçam o funcionamento do motor gerador.

Considerando, que os funcionários também executarão serviços em rede elétrica, a empresa deverá oferecer a seus colaboradores, os quais executarão os serviços, treinamento e pleno conhecimento às exigências da NR 10, tanto o básico, quanto o complementar.

No que concerne à segurança no trabalho em cada atividade, a empresa licitante vencedora deverá oferecer e exigir o uso, por parte dos funcionários, todos os equipamentos de proteção individual e ou coletivo (EPI e EPC), conforme o caso, e também evidenciar formalmente, que os referidos colaboradores que prestarão o serviço, se encontram devidamente treinados e capacitados para cada uma das funções.

A empresa licitante vencedora deverá apresentar para cada funcionário, a O.S. (Ordem de Serviço de Segurança e Saúde no Trabalho).

A empresa licitante vencedora deverá apresentar para cada funcionário, o ASO (Atestado de Saúde Ocupacional).

A empresa licitante vencedora deverá apresentar para cada funcionário, cópia dos certificados de treinamento, conforme exigência das Normas Regulamentadoras, quanto às atividades a serem executadas.

A licitante vencedora deverá possuir central de comunicação com funcionamento ininterrupto (24hrs) que garanta o atendimento das demandas, através de telefone ou aplicativos de mensagens instantâneas.

A licitante vencedora não poderá em hipótese nenhuma deixar de prestar o serviço, independente dos motivos a serem alegados, considerando tratar-se de serviço essencial à unidade hospitalar e passivo de inspeções por parte de unidades de vigilância sanitária, dentro da esfera governamental do município, estado e ou união.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da ata.

A contratante reserva-se o direito de liberar a Nota Fiscal para pagamento, após o responsável pelo recebimento aferir a quantidade, qualidade e adequação dos materiais entregues.

Todos os custos com impostos, taxas, pedágios, fretes e demais despesas que, porventura, ocorrerem será de responsabilidade da empresa vencedora.

A contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, menor preço por item.

6. EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Forma de Fornecimento: o objeto desta contratação será fornecido de forma parcelada;

6.2. Prazo de Vigência do Contrato: A vigência será de 1 (um) ano, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da lei.

6.3. Local de entrega: Fundação Serviços de Saúde de Nova Andradina – Av. Eulenir de Oliveira Lima, nº 71 – Bairro Durval Andrade Filho – Nova Andradina/MS.



6.4. Prazo de entrega: 05 (cinco) dias úteis contados da assinatura do contrato.

7. GESTÃO DO CONTRATO

7.1 No ato da celebração do contrato, a empresa vencedora deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) **Certificado de treinamento e capacitação dos colaboradores em cumprimento às exigências das NR's 10 e 35;**
- b) **ASO (Atestado de Saúde Ocupacional) dos colaboradores;**
- c) **O.S. (Ordem de Serviço de Segurança e Saúde no Trabalho).**

7.2 Da fiscalização:

Cumprindo o disposto no artigo 117, da Lei nº 14.133/21, a execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo fiscal de contratos designado pela Administração, por meio da Portaria nº 71/23, ou a que vier a esta substituir.

- a) O fiscal de contratos anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos, podendo recusar o objeto da contratação que estiver em desacordo com o padrão de qualidade, ou impróprio para a finalidade a que se destina;
- b) As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal de contratos deverão ser encaminhadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas necessárias.
- c) Atestar a entrega dos bens conforme contratado, principalmente no que se refere a qualidade e quantidade.
- d) Esclarecer as dúvidas administrativas, técnicas e divergências surgidas na execução do objeto do contrato;
- e) Manter contato com o preposto da contratada para resolução de problemas na entrega de bens ou na execução dos serviços ou obras.

Conforme o art. 120 da Lei nº 14.133/21, o contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

7.3 A Administração, na gestão do contrato, buscará garantir o cumprimento de obrigações da Contratada, são elas:

- a) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, obrigando-se a atender com brevidade;
- b) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições e exigências constantes deste instrumento, inclusive todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;



- c) Responsabilizar-se civil, administrativa e criminalmente por qualquer descumprimento das disposições legais e contratuais, inclusive por acidentes decorrentes da sua ação ou omissão;
- d) Arcar com todos os custos com impostos, taxas, pedágios, fretes e demais despesas que, porventura, que decorrerem da execução do objeto da contratação;
- e) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da contratação.

8. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

O Contratado deverá apresentar Nota Fiscal relacionada à execução do objeto.

Recebida a Nota Fiscal, o pagamento será realizado no prazo de até trinta dias corridos após o recebimento do objeto, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, na instituição bancária por ela apontada.

Apenas as despesas relativas à execução do objeto serão consideradas para fins de pagamento.

Além da Nota Fiscal, a contratada deverá apresentar e manter atualizados, durante a vigência da Ata ou Contrato, os seguintes documentos:

- a. Comprovante de inscrição e de situação cadastral no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), em situação "ativa";
- b. A Contratada deverá apresentar as Certidões de regularidade fiscal (Receita Federal, FGTS, Estadual, Municipal e Trabalhista), para cada pagamento a ser efetuado pela Contratante, em obediência às exigências dos órgãos de regulação, controle e fiscalização.

Na hipótese de glosas e/ou incorreções de valores na Nota Fiscal, esta será devolvida à contratada para as correções necessárias, não respondendo o contratante por quaisquer encargos resultantes de atraso na liquidação do pagamento correspondente.

Ao contratante fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se a execução do objeto não for compatível com as exigências contidas neste termo, ou por incorreções formais não sanadas na apresentação da Nota Fiscal.

9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, respeitado o devido processo legal, ao incorrer nas infrações descritas no art. 155, I a XII da Lei 14.133/21. Tal responsabilização se efetivará na forma e por meio da aplicação das sanções previstas no Título IV, Capítulo I, da referida lei.

Quanto à multa prevista no art. 156, II, da Lei nº 14.133/21, sua aplicação ocorrerá conforme o exposto a seguir:

- a) Multa moratória de 02% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, sendo limitado a 03 (três) dias;
- b) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;



c) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

10. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1 As propostas serão julgadas com o critério de julgamento menor preço por item.

10.2 Exigências para **HABILITAÇÃO**:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

- O licitante deverá apresentar os seguintes documentos, conforme sua constituição:

- **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

- **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

- **Microempreendedor Individual (MEI):** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

- **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

- **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

*OS DOCUMENTOS APRESENTADOS DEVERÃO ESTAR ACOMPANHADOS DE TODAS AS ALTERAÇÕES OU DA CONSOLIDAÇÃO RESPECTIVA.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA.

- As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal relativo ao domicílio ou sede do



fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

→ A prova de inscrição no cadastro de contribuintes poderá ser realizada mediante a apresentação da seguinte documentação:

a) No caso do cadastro de contribuintes estadual, por meio do Cartão de Inscrição Estadual ou Ficha de Inscrição Cadastral-FIC ou Documento de Identificação de Contribuinte;

b) No caso do cadastro de contribuintes municipal, por meio do Cartão de Inscrição Municipal, Alvará de Licença e Funcionamento ou Alvará de Localização e Funcionamento.

- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos, expedida pelo órgão competente do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei.

- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Gerais ou Mobiliários, ou outra certidão aplicável, expedida pelo órgão competente do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;

- Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

- Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

- O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Para a habilitação econômico-financeira do licitante será exigido:

- **Certidão negativa de insolvência civil** expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que a sua participação na licitação seja possível, ou de sociedade simples;

- **Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício** e demais demonstrações contábeis **dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados**, que



comproven a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

→ As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

→ O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

• **Comprovação da boa situação financeira da licitante**, que será aferida pelo Departamento de Contabilidade com base nos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), dados extraídos do balanço, que serão calculados e obrigatoriamente apresentados de acordo com as seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

a) Os índices serão calculados pela licitante e confirmados pelo responsável por sua contabilidade, mediante sua assinatura e a indicação do seu nome e do número de registro no Conselho Regional de Contabilidade;

b) Serão habilitadas as licitantes que extraírem e apresentarem o cálculo dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), com o resultado igual ou superior a 1,00 (= ou >1,00), calculados conforme as fórmulas;

c) A comprovação é obrigatória, mesmo que o resultado nos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) seja inferior a 1,00;

Obs.: No caso de a licitante apresentar resultado inferior a 1,00 nos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverá comprovar que seu capital social registrado e integralizado é de no mínimo **10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação, com dados extraídos do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, relativamente à data da apresentação da proposta.

A comprovação poderá ser feita com base na análise da Comissão de Licitação, bem como pelo Parecer do Departamento de Contabilidade sobre o Balanço Patrimonial, demonstrações contábeis, inclusive de dados extraídos do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, relativamente à data da apresentação da proposta.

• **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do licitante;



HABILITAÇÃO TÉCNICA

- Quanto à qualificação técnica a empresa licitante deverá apresentar:
 - Certidão de Registro ou inscrição de pessoa jurídica expedida pelo CREA, dentro do prazo de validade.
 - Prova de que a empresa licitante possui em seu quadro permanente, profissional indicado para a responsabilidade técnica, devidamente registrado no conselho competente (engenheiro eletricista);
 - a) A comprovação de que o responsável técnico indicado compõe o quadro permanente da licitante, dar-se-á através de cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social, quando se tratar de empregado, ou cópia autenticada de contrato de prestação de serviços do profissional junto a proponente, quando se tratar de prestador de serviço.
 - Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de mínimo um atestado de capacidade técnica fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devendo o atestado comprovar pelo menos 12 (meses) de prestação de serviços efetivo.
 - a) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
 - b) Os atestados não poderão ser superior a 03 (três) anos na prestação dos serviços.

DECLARAÇÕES

Para habilitação também serão exigidas do licitante as seguintes declarações:

- **Declaração de que o licitante tomou conhecimento** de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- **Declaração de que está ciente das condições contidas no Edital e em seus anexos**, bem como atende aos requisitos de habilitação, e responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- **Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos** para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- **Declaração de que sua proposta econômica** compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.
- **Declaração de cumprimento da proibição prevista no art. 7º, XXXIII**, da Constituição Federal, ou seja, de que não utiliza trabalho de menor de dezoito anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres, e de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.
- **Declaração, se for o caso, de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte** para recebimento de tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;



• **Declaração, se for o caso, de observância do limite de contratações** estabelecido às microempresas e empresas de pequeno porte no artigo 4º, §2º, da Lei nº 14.133/21.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS

O valor estimado global da presente contratação é de **R\$ 39.613,62** (trinta e nove mil seiscentos e treze reais e sessenta e dois centavos). Os preços unitários de referência encontram-se no Anexo I deste Edital.

Jeovaci Alves da Silva

Gerente de Infraestrutura